



GT 50. Gênero, ciência e natureza

Coordenador(es):

Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Fabíola Rohden (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 1

Debatedor/a: Marcos Castro Carvalho (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Daniela Tonelli Manica (Unicamp)

Tradicionalmente, a oposição Natureza X Cultura pressupunha a ideia de uma seara própria da Natureza, em oposição às produções vindas da sociedade, aí incluídas a ciência e a tecnologia. A “volta” à natureza seria também o afastamento da tecnociência. Assiste-se atualmente a uma curiosa bricolagem, que articula o alto valor atribuído à Natureza com a atribuição de um valor igualmente elevado ao discurso científico e à biotecnologia. No escopo desse embricamento, a concepção de um corpo natural não se opõe à possibilidade de treinamento e/ou transformação biotecnológica. Ao contrário, o discurso acerca de um corpo natural (pré-social, biologicamente pré-dado) se acopla ao discurso das evidências científicas, a Natureza sendo vista como passível de aprimoramento. A proposta do GT é acolher discussões que englobem novas configurações ideológicas e novas construções corporais que tratem da articulação entre gênero, ciência e natureza, colocando como possibilidades: tecnologias e adestramento em experiências de gestação e parto; hormônios como agentes na construção do gênero; transformações corporais via recursos cirúrgicos e farmacológicos; reconfigurações da natureza no campo das biotecnologias.

Visões sobre ciência, visões sobre a natureza: diferenças na produção de percepções sobre tecnologias nos processos de gestação, parto e puerpério

Autoria: Giorgia Carolina do Nascimento (Doutoranda)

A virada do milênio no Brasil vem marcada pelo aparecimento de movimentações em torno da ?humanização do parto e nascimento?. Tensionando fronteiras entre o que seriam tradicional e urbano, ou natureza e cultura, elas surgem de modo a mostrar como a técnica é política (DINIZ, 2010). Contudo, corroborando esta mesma máxima, embates históricos vêm mostrando como corpos sobre os quais são imputadas as tecnologias reprodutivas não são apenas marcados por gênero, mas também por outras diferenças, tais como a raça e classe social, categorias que constituem-se mutuamente (EFREM, 2017). Um dos exemplos mais expressivos dessa relação é o de como, ao longo dos séculos, tais tecnologias vêm sendo geridas entre os corpos de mulheres negras e pobres com vistas à não reprodução. Enquanto estudos como os de Leal (2017) evidenciam como para estas mulheres o problema não está no excesso de tecnologias, mas na falta do que seria entendido como cuidado, nos últimos anos é crescente o número de mulheres negras disputando narrativas em torno do gestar, parir e maternar. Partindo de diferentes percepções em torno das tecnologias reprodutivas, pautadas por relações de raça e classe social, o cenário atual parece propor novas configurações ideológicas em torno daqueles que vinham sendo polissemicamente denominados como ativismos pela ?humanização do parto e nascimento?. Nesse sentido, a proposta é alargar a discussão sobre como mulheres negras, indígenas e latinas têm acionado discussões em torno de direitos reprodutivos e justiça reprodutiva a partir de uma reflexão sobre tecnologias, ciência, natureza e ?ancestralidade?. Cabe



entender como as técnicas reivindicadas entre os ativismos pelo ?parto humanizado? são ressignificadas por essas mulheres a partir de outros lugares de fala, produzindo diferentes percepções sobre uso de tecnologias em sua relação com os processos de gestação, parto e puerpério.

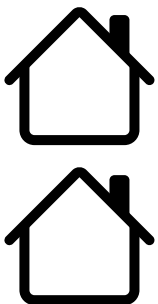
[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: